

INOVAÇÃO SOCIAL E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL *SOCIAL INNOVATION AND TERRITORIAL DEVELOPMENT*

João Alberto Sarate

Doutor com dupla titulação, em Administração de Empresas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e em Ciência do Território pela Université Pierre-Mendès-France – Grenoble II, mestre em Administração de Empresas pela Universidade do Vale dos Sinos, graduado em Engenharia Mecânica pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, professor pesquisador do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Administração da Faculdade Meridional (Imed) de Passo Fundo e Coordenador do Curso de Engenharia de Produção da Faculdade CNEC de Farroupilha.

Data de recebimento: 03/05/2017

Data de aceite: 04/09/2017

Valmíria Carolina Piccinini

Licenciada e bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, mestre em Sociologia na mesma universidade, doutora em Economia do Trabalho e da Produção na Université Pierre-Mendès-France – Grenoble II, tendo realizado estágio pós-doutoral na École des Hautes Études Commerciales de Montréal (HEC) (2001-2002), professora associada do Programa de Pós-Graduação em Administração da Escola de Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, vice-presidente do Instituto Franco-Brasileiro de Administração de Empresas.

RESUMO

Este estudo investiga a relação entre as ações empreendedoras coletivas em territórios específicos e a criação de inovação social. Trata-se de um estudo qualitativo empírico, baseado no método de estudo de caso. Os atores sociais locais foram entrevistados e os dados analisados por meio do software NVivo®. Os resultados indicam que o processo de inovação social está relacionado ao modo de habitar coletivo local e ao contexto social e econômico. O estudo identifica aspectos positivos e negativos do processo de desenvolvimento territorial por meio das ações coletivas empreendedoras. O modelo teórico de seis elementos é original e propõe uma contribuição para a pesquisa em desenvolvimento territorial e a emergência da inovação social.

Palavras-chave: Inovação social. Território. Habitante.

ABSTRACT

This study investigates the relationship between the collective entrepreneurial actions in specific territories and the creation of social innovation. This is an empirical qualitative study, based on case study method. Social actors were interviewed and data were analyzed through NVivo® software. The findings indicate that social innovation process is related to the collective local dwelling mode and to the social and economic context. The study identifies positive and negative aspects of territorial development process through the collective entrepreneurial actions. The six theoretical elements model built is original and proposes one contribution to territorial development and social innovation emergence.

Keywords: Social innovation. Territory. Inhabitant.

Endereço dos autores:

João Alberto Sarate
joao.sarate@imed.edu.br

Valmíria Carolina Piccinini
vpiccinini@ea.ufrgs.br

1 INTRODUÇÃO

Inovações sociais decorrentes de processos de desenvolvimento territorial, que transformam as condições de vida de determinada população e que impactam no trabalho e emprego em diferentes contextos, é tema de interesse crescente em estudos contemporâneos em ciências sociais e econômicas. Pesquisadores, gestores públicos e privados têm interesse em identificar por que algumas regiões são socioeconomicamente bem desenvolvidas e outras não, para que, assim, possam implementar ações mais eficazes de desenvolvimento regional. Desse modo, o propósito deste estudo é investigar a relação e o impacto de ações empreendedoras em determinadas regiões (sob a perspectiva da economia territorial) na geração de inovação social, que pressupõe uma ação transformadora concreta, geralmente de caráter coletivo e que oferece uma nova resposta a determinado problema. Territórios são entendidos como projetos socioeconômicos, políticos, culturais, geograficamente situados e plurais em termos de espaços e de referências culturais e sociais. São espaços¹ praticados, “lugares” fecundos em relações sociais, de proximidade, de vizinhança, que vão além das transações puramente econômicas. São espaços vividos, marcados pela história e pela memória coletiva, pelo exercício de reciprocidade, de cooperação, de conflitos e de dialéticas entre o local e o global.

1 Neste trabalho espaço e território têm significados diferentes, tampouco são utilizados como sinônimos. A base conceitual adotada assume que o espaço antecede o território, sendo o território o resultado de uma ação conduzida por um ator social em qualquer nível, seja ele estatal ou não. Dessa maneira, a territorialização do espaço ocorre pelos processos de apropriação simbólica ou concreta do espaço. Portanto, o território somente existe após a ação humana sobre o espaço.

Com base no referencial teórico de economia territorial e inovação social, apresentamos um modelo teórico de seis elementos (território, recursos, proximidade, reciprocidade, cotidiano e modo de habitar) como suporte para identificação de pistas da relação entre o habitante (ator endógeno do território) e território e, conseqüentemente, do processo de inovação social local e seus efeitos. A hipótese central do estudo é de que em certas economias territoriais a emergência de inovação social pode ser explicada pela investigação de como se dá ao longo do tempo, a ação coletiva empreendedora local sobre os recursos disponíveis, de como o capital social territorial é historicamente construído graças à proximidade socioeconômica entre os atores locais, que contribui para a construção de laços de reciprocidade e de pertencimento, continuamente reforçados no cotidiano do trabalho e da vida doméstica dos territórios estudados. O foco neste estudo são as transformações no modo de habitar dos atores sociais de um território específico, em decorrência do processo de inovação social coletiva ocorrido nos últimos 25 anos.

O contexto de pesquisa (território) é o roteiro turístico Caminhos de Pedra, localizado no município de Bento Gonçalves, na região da Serra Gaúcha, no estado do Rio Grande do Sul. Metodologicamente, trata-se de um estudo empírico de cunho qualitativo, com estudos de caso como estratégia de pesquisa. Os dados foram coletados através de observação participante e entrevistas com os atores locais e analisados com apoio do software NVivo. A investigação com base no modelo teórico inédito proposto permite aprofundar a compreensão da realidade sócio-histórica local e dos mecanismos que geram inovação social no território.

A estrutura do artigo está organizada da seguinte forma: (i) discussão inicial dos conceitos de território e habitante para elaboração do modelo teórico de seis elementos; (ii) o conceito de inovação social; (iii) o contexto de pesquisa; (iv) aspectos metodológicos do estudo; (v) resultados do estudo; e, finalmente, (vi) conclusões.

2 CONSTRUINDO A RELAÇÃO ENTRE HABITANTE E TERRITÓRIO

A valorização e a retomada das discussões acerca da relação entre espaço e sociedade são atualmente evidenciadas. Segundo Haesbaert (2004), o aparato tecnológico informacional disponível atualmente proporciona novos espectros para compreensão do fenômeno “territorialidade humana”. A lente até então utilizada para entendimento das relações socioespaciais mostra-se defasada, pois novos e múltiplos elementos entram em cena. Dicotomias precisam ser revistas, e novos significados, encontrados, dando conta da realidade contemporânea. Têm-se, nessa perspectiva, dois conceitos complexos e indissociáveis – território e habitante. A transdisciplinaridade² impõe-se como necessária, mesmo que cada disciplina tradicionalmente privilegie alguns aspectos particulares dessa relação. Isso se verifica na própria origem do conceito de território. Epistemologicamente, este estudo entende território como fruto do jogo de atores

2 Entende-se por multidisciplinaridade a justaposição das disciplinas, e sua natureza é essencialmente aditiva, não integrativa. Interdisciplinaridade, por sua vez, consiste na cooperação das disciplinas, está fundado em genuínos grupos de trabalho, e sua natureza é integrativa. Por fim, transdisciplinaridade consiste na tentativa de ir além das disciplinas (trans = além e através), e sua índole é transgressiva, levando à quebra das barreiras disciplinares e à desobediência às regras impostas pelas diferentes disciplinas (DOMINGUES, 2012, p. 15).

sociais que fazem parte dele (HAESBAERT, 2009). Nessa vertente, Ozouf-Marignier (2009) reconhece a dinâmica social como central no conceito de território, pois entende que os atores sociais, sejam eles eleitos ou membros da sociedade civil, são protagonistas do planejamento e da produção do espaço, do processo de territorialização. Assim, o território é visto como algo dinâmico e que se constrói constantemente. Na sua origem, o conceito de território está impregnado de aspectos relacionados às relações de poder, sendo um palco para um jogo de representações no qual o ator social é o protagonista (GUMUCHIAN et al., 2003). Compreende-se, ainda, o território como funcional, simbólico e identitário, sem dicotomia. Segundo Haesbaert (2009), isso ocorre, pois exercemos domínio sobre o espaço tanto para realizar “funções”, quanto para produzir “significados”. Porém, os recursos territoriais não são somente “coisas” ou matéria em si, carregam consigo aspectos ideológicos, advindos da intencionalidade dos seus atores. Esse objeto intencionalmente constituído, o recurso territorial, pode ser de cunho material (fauna, flora, terreno etc.) ou imaterial (de valores como autenticidade, historicidade etc.). Assim, recursos não são somente meios disponíveis aos indivíduos específicos e que podem ser transformados em riqueza por meio de processos produtivos. Essa nova perspectiva para compreensão do conceito de recurso territorial está no centro do entendimento do conceito de território como um espaço praticado de maneira intencional. Dessa forma, tais recursos são intencionalmente transformados, dando-se um novo sentido a eles, em prol do desenvolvimento do território, gerando assim um “potencial” nos recursos disponíveis no território (GUMUCHIAN; PECQUEUR, 2007).

Esse espaço dinâmico, o território, constantemente precisa ser reinventado, pois é regido de acordo com as “práticas sociais do momento”, remetendo aqui à ideia da relação entre espaço e tempo proposta por Haesbaert (2004). Retoma-se a ideia de que os territórios não são campos de manobra, mas “atores”. A territorialidade, nesse caso, é basicamente a “relação entre os homens”, permitindo que a vida e o trabalho no território construam vínculos sociais e de reciprocidade (AZAÏS, 2004). Pressupõe-se então que o território seja um campo de forças, como um lugar do exercício, de dialéticas e contradições entre o vertical e o horizontal, entre o Estado e o mercado, entre o econômico e o uso social dos recursos (SANTOS, 1999). A partir desse enfoque é possível identificar novos elementos (imersos na dinâmica social, nas práticas sociais “daquele” momento) que permeiam as relações econômicas, que não têm sido considerados pela abordagem tradicional e que, conforme salienta Granovetter (2007), impactam sobre o desenvolvimento territorial. Entende-se também que o território tem a propriedade de ser complexo e múltiplo, fato que, segundo Haesbaert (2009), decorre entre outros fatores de seu próprio caráter inter ou transdisciplinar, pois mesmo o território na sua concepção mais tradicional, vinculada à soberania do Estado-nação, também é múltiplo.

Outro traço fundamental do território é a existência de relações de proximidade, tanto espacial quanto socioeconômica. Dessa forma subentende-se a existência de proximidade de recursos, sejam esses materiais ou cognitivos, bem como a concretude de proximidade de coordenação, referente à capacidade relacional e de mediação de normas sociais, linguagens e padrões institucio-

nalizados (BOLBA-OLGA; GROSSETTI, 2006). De acordo com Torre (2009), a proximidade geográfica entre os atores locais por si só é neutra em essência. Contudo, são as percepções e as ações de diferentes grupos humanos que dão uma dimensão positiva ou negativa ao território.

Entende-se também que o cotidiano seja o elemento que interliga a relação entre sujeito e espaço. A prática cotidiana do espaço baseada na ação intencional ou não de seus habitantes é que dá significado ao território e reforça os laços identitários desses com o espaço vivido ao longo do tempo. São as diferentes maneiras de praticar o espaço que definem os habitantes (STOCK, 2004). Habitar é praticar o espaço, e o “como esse espaço é praticado” é um elemento central de nossa discussão.

Presume-se então que o habitante é um ente social central da construção territorial. Em nosso desenho conceitual, trata-se de um “sujeito” endógeno (DI MÉO, 1987), de um ator territorializado, próximo do sugerido por Gumichian et al. (2003) e que tem um modo de habitar peculiar, engajado, implicado, comprometido com o projeto do território. Esses atores centrais estão implicados em uma luta social (HAESBAERT, 2009), em um processo de (des)construção espacial.

Pela própria origem das relações de proximidade e de vizinhança, pelo fato de partilharem recursos materiais e cognitivos (*savoir-faire*) e pela existência de laços identitários frutos do transcurso de tempo no espaço, emergem relações de reciprocidade que, por sua vez, têm impacto no desenvolvimento territorial, conforme citado por Radomsky e Schneider (2007). A existência de reciprocidade implica em relações sociais além do nível das transações puramente comerciais.

É importante salientar que os territórios referenciados nesse estudo são vistos como sistemas produtivos localizados, igualmente marcados pelos aspectos apresentados. Com efeito, uma característica essencial desses sistemas é a construção social de um capital cognitivo coletivo. Além de um capitalismo ligado às racionalidades individuais reguladas pelo mercado, existem também espaços povoados por diversos atores econômicos, sejam trabalhadores autônomos ou assalariados, empreendedores, produtores rurais, associações, entre outros, que interagem com as condições de colocação dos produtos no mercado (PECQUEUR, 2009). Para Benko e Lipietz (1994; 2000), o território presume capacidade de cooperação entre os atores locais e nível mínimo de coordenação das ações baseadas em estrutura de governança local. Empreendedorismo e trabalhadores qualificados são fundamentais, gerando assim capacidade de inovação coletiva e de adaptação às exigências do mercado e novas tecnologias.

Para Sartre e Berdoulay (2005), o desenvolvimento local aparece no centro de várias preocupações científicas e profissionais, pois o estatuto local mudou. O entendimento da noção de sujeito (ator social) numa perspectiva multidisciplinar é fundamental. Observa-se no mundo contemporâneo uma diversificação dos espaços de referência, dos espaços de pertinência cultural e social, a ponto de alguns acharem que o lugar não é mais uma realidade da vida social. Essa diversificação exige na verdade um maior investimento do sujeito: é ele que tem de dar uma coerência a seu próprio mundo, portanto, à sua própria identidade. A pluralidade do sujeito responde à multiplicidade dos espaços de referência (SARTRE; BERDOULAY, 2005)

e nos convida a revisitar e investigar os espaços nos quais os sujeitos estão inseridos. A Figura 1 reúne os seis conceitos chave que potencializam o entendimento da relação entre habitante e território.

Figura 1 – Quadro teórico para análise do “habitante” – hexágono do habitante



Fonte: Sarate (2014).

Assim, tem-se o habitante no centro do processo de constituição e de construção contínua do território, que envolve o transcurso de tempo e a prática de tal espaço, seja por apropriação ou por posse. O território, nessa perspectiva, é território somente *a posteriori* da ação dos atores sociais que o habitam; de forma que o território é entendido como simultaneamente funcional e simbólico, dispondo de recursos materiais e cognitivos que são mobilizados por seus habitantes de forma intencional ou não no cotidiano do território por meio de diferentes “modos de habitar”. Os mundos da vida doméstica e do trabalho se mesclam nessa perspectiva, não havendo dicotomia nesse caso como propõe Azaïs (2004). Por conta das relações de proximidade existentes e da trajetória de vida coletiva,

tem-se laços identitários, historicidade e relações de reciprocidade de toda ordem.

A centralidade do habitante no desenvolvimento territorial, conforme afirma Pecqueur (2009), é analisada a partir do seu “modo de habitar”, como uma alternativa às análises tradicionais que buscam enquadrar os atores sociais normalmente em categorias socioeconômicas. Assim, o habitante é percebido como um comportamento do indivíduo frente ao espaço por ele ocupado. Entende-se também que o habitante seja um ator (social, econômico e político) territorializado e fundamental na (re)produção do território. Desse modo, com base na construção teórica da relação entre habitante e território, optou-se metodologicamente pela adoção de um tipo ideal de habitante³, que serve de referência para a investigação no campo com os atores locais. Assim, presume-se teoricamente que o habitante:

- Relaciona-se não apenas de forma instrumental com o território. Identifica-se com esse espaço graças ao compartilhamento de uma trajetória, de uma cultura com a coletividade local. O habitante é o “sujeito da ação” no processo de (des)territorialização.
- Tem na proximidade entre os atores um aspecto favorável ao desenvolvimento do território. Externalidades positivas são percebidas a partir da relação de vizinhança, havendo cooperação e construção coletiva do espaço em questão. A

³ Uma vez que o cientista social atribui aos fragmentos da investigação um sentido, destacando aspectos julgados mais relevantes, baseando-se em seus valores, é natural a elaboração de um instrumento que sirva de orientação, de norte na sua busca pelas conexões e relações entre as variáveis envolvidas no estudo. Trata-se de um trabalho muito valioso do ponto de vista heurístico. Esse modelo (constructo), nada mais é do que o “tipo ideal”, cuja finalidade é servir de baliza, de instrumento de colimação para o cientista se guiar, ao se enveredar na infinidade do real (MORAES; MAESTRO FILHO; DIAS, 2003).

proximidade estabelece confiança, proteção e reforça positivamente o território e facilita a coordenação entre os atores (públicos e privados).

- Apresenta relações de reciprocidade frequentemente estabelecidas na forma de laços entre os habitantes do território. De alguma maneira, essa reciprocidade é positiva para o processo de territorialização, pois ela compromete, envolve os atores locais através de trocas simbólicas ou mesmo materiais. A reciprocidade contribui para a existência de uma “economia moral” no território que vai além do sistema de trocas da “economia material”.
- Mescla trabalho e vida doméstica de forma diferente do trabalhador assalariado clássico (marcado pela aguda divisão do trabalho). Esse aspecto, idealmente é entendido como positivo para o habitante, para sua família e para a coletividade que compõe o território.
- Tem um modo de habitar engajado em três níveis (instrumental, normativo e afetivo) simultaneamente configurando o “modo ideal de habitar” do habitante na sua acepção teórica. O habitante precisa dos recursos territoriais à sua disposição, entende que deve permanecer no território e, ao mesmo tempo, deseja nele ficar.

3 INOVAÇÃO SOCIAL

Segundo a teoria do desenvolvimento econômico de Joseph Schumpeter, o empreendedor e a empresa assumem papel central no processo de destruição criadora como agente do processo de desenvolvimento tecnológico, com a possibilidade de obter lucro pela introdução de inovações aceitas pelo mercado. Salienta-se, assim, que o papel

das grandes empresas no desenvolvimento de atividades de inovação lhes proporciona vantagens competitivas em relação às pequenas empresas. A inovação, segundo Schumpeter (1985), está relacionada à introdução de novos bens, novos métodos de produção, abertura de novos mercados, conquista de novas fontes de matérias-primas e estabelecimento de novas formas de organização da indústria.

Porém, nosso trabalho alinha-se a Andrade (2006) e Méndez (2007), pois pressupõe que o determinismo presente no debate econômico sobre a lógica e os modelos de inovação, relacionado à noção de difusão e racionalidade dos agentes, precisa dar lugar a uma abordagem contextual e multilinear, que não aceita se limitar aos parâmetros das escolhas econômicas. Um olhar atento sobre os ambientes de inovação (nesse caso, o território) se faz necessário, assim como levar em conta os aspectos advindos da herança cultural e da criatividade peculiar de um grupo social em contextos específicos, que tradicionalmente não são reconhecidos.

Pressupõe-se, portanto, a inovação social⁴ e o desenvolvimento territorial oriundo de ação coletiva e democrática para solução de problemas estão na pauta mundial de discussão, segundo Machado (2011), Deckert, Allebrandt e Sausen (2012), Giralardi (2012) e Jiménez (2015). Este estudo considera a inovação social a partir de três eixos básicos adotados pelo Tardiff (2005), ou seja, (i) inovações sociais decorrentes dos processos de desenvolvimento ter-

ritorial, (ii) inovações sociais para condições de vida de determinada população e (iii) inovações sociais relacionadas ao trabalho e emprego em diferentes contextos. Outro aspecto fundamental a ser considerado são as categorias analíticas da inovação social sugeridas por Tardiff (2005): transformação, caráter da inovação, inovação, atores e processos. Interessa, portanto, compreender o contexto problema, o tipo de transformação (propósito) ocasionado pela inovação social, bem como o caráter e tipo de inovação (se no limite é oriunda de um saber específico individual ou de um projeto democraticamente planejado e implementado).

Além disso, a inovação social pressupõe uma ação transformadora concreta, geralmente de caráter coletivo e que oferece uma nova resposta a determinado problema (HERRERA; UGARTE 2008), ocorrendo sempre que: (i) se faz algo de bom para a sociedade; (ii) quando é possível mudar a estrutura social ou suas práticas; (iii) quando se contribui para o desenvolvimento urbano ou comunitário; (iv) quando processos de trabalho são reorganizados; (v) quando as inovações tecnológicas têm significado e relevância cultural, (vi) quando há benefícios às áreas de trabalho social; ou (vii) quando se inova através do acesso à conectividade digital (ISAZA, 2014). De acordo com Maurer e Silva (2014), a inovação social pode ser motivada por indivíduos, coletividades (grupos ou redes), empresas (públicas ou privadas) e governos, obtendo-se assim diferentes resultados, como melhoria da qualidade de vida, inserção social, mudanças de atitudes na própria estrutura social, entre outros. Como se verá, o processo de inovação social coletivamente construído ocorrido nos últimos 25 anos no território pesquisado ope-

4 Embora o conceito de inovação, conforme discute Bencke (2016), possibilite sua análise em diferentes escopos, basicamente econômicos, como inovação em (i) produtos e serviços, (ii) novas matérias-primas, (iii) processos, (iv) novos métodos de marketing ou (v) novas formas de organização na indústria, este trabalho optou como delineamento da pesquisa a investigação sob a ótica da inovação social decorrente dos processos de territorialização.

rou mudanças no modo de habitar local, trazendo efeitos positivos e negativos para a população.

4 O CONTEXTO DE PESQUISA

O roteiro turístico Caminhos de Pedra situa-se na localidade de São Pedro (distrito de Bento Gonçalves), a cerca de dez quilômetros do centro do município de Bento Gonçalves, no estado do Rio Grande do Sul. A região é privilegiada por ter uma riqueza arquitetônica ímpar, característica da cultura dos imigrantes italianos. Ao longo da rota Caminhos de Pedra encontram-se antigas casas de pedra, o principal atrativo do local.

O distrito de São Pedro era o local por onde passava a estrada para Caxias do Sul, um dos polos regionais do estado do Rio Grande do Sul. Porém, devido ao asfaltamento da via São Vendelino (RS-453), finalizado no início dos anos de 1970, a região empobreceu, afastando a população local do desenvolvimento econômico. Diante dessas mudanças, em 1987 surgiu a ideia de implantar o turismo rural na rota Caminhos de Pedra. A iniciativa foi do setor privado, coordenada pelo arquiteto Júlio Pozenato e pelo Sr. Tarcísio Michelin, empresário do ramo hoteleiro. O objetivo era envolver a comunidade num empreendimento coletivo mobilizando a economia local. O primeiro passo foi realizar um estudo do local mais adequado para o projeto por meio de entrevistas e levantamento fotográfico das possibilidades atrativas. Segundo Michelin (2008), para surpresa dos moradores da localidade de São Pedro, as moradias, que antes eram vergonhosos símbolos de pobreza e atraso, tor-

naram-se o grande atrativo na nova fonte de renda da região: o turismo rural.

Surgiu assim o roteiro Caminhos de Pedra. Uma rota de sete quilômetros de estrada, percorrendo 28 casas de madeira e de pedra e cinquenta pontos de observação turística, conforme o site da Associação Caminhos de Pedra. Inicialmente, um grupo de produtores locais mostrou-se descrente em relação ao roteiro; os poucos que acreditavam na viabilidade da estratégia pediam apoio para destruir suas antigas casas de pedra e construir novas instalações. Entretanto, a ideia era justamente preservar as características locais, e esforços sucessivos nesse sentido mobilizaram os produtores contrários, servindo de exemplo para os vizinhos. A proposta era criar estabelecimentos diferenciados para que cada família desenvolvesse a atividade mais conveniente para si. Assim, surgiram a Casa das Flores, a Casa das Lãs, a Casa do Leite etc., locais onde o turista é recebido pelos proprietários, que demonstram o processo de produção, contam a história da propriedade e, no final, oferecem seus produtos. Todos os empreendedores são estimulados a movimentar a economia local, comprando produtos dos vizinhos, gerando assim uma economia local com aspectos de cooperação (MIGUENS; CYRILLO, 2011). Outro fato importante foi a criação em 1992 da Associação Caminhos de Pedra, que atualmente conta com aproximadamente cinquenta famílias e que representa um esforço dos empreendedores locais no sentido de cooperação e organização do roteiro turístico. Desde então, os empreendedores participam das decisões sobre a viabilização dos novos empreendimentos e as melhores soluções para o roteiro Caminhos de Pedra.

5 METODOLOGIA

Este estudo é de caráter qualitativo e de cunho exploratório, pois tem como finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis posteriormente. Como estratégia de pesquisa utilizou-se o estudo de caso, tendo como unidade de análise o habitante.

A coleta de dados foi realizada através de entrevistas em profundidade com oito atores⁵ locais, totalizando 255 minutos de gravação. Optou-se por entrevistar atores sociais que “articulam vida doméstica e trabalho” no território. Os entrevistados conhecem a dinâmica territorial, ou segundo Bourdieu (2003), conhecem as regras do jogo do espaço em questão, pois dessa forma, as informações coletadas fornecem maior riqueza de detalhes em relação ao fenômeno pesquisado.

Como técnica de análise das entrevistas foi utilizado o método de análise de conteúdo, contando com o apoio do software NVivo®, versão 8.0⁶. A análise dos dados

5 Os atores locais foram escolhidos tendo-se como base o seu grau de envolvimento com o território, pois “conhecem as regras do jogo” no referido contexto. São empreendedores da rota turística, representantes de associação de empreendedores e de moradores, produtores rurais e um religioso católico. Como o conceito de habitante não presume categoria socioeconômica, mas sim seu nível de engajamento com o território, a escolha dos entrevistados foi por conveniência, após visitas prévias ao território para mapeamento de quais seriam os entrevistados mais adequados para o estudo.

6 O software NVivo serve à análise lexical de textos, imagens, som e dados de redes sociais. Dados coletados em entrevistas, previamente transcritos, quando inseridos no NVivo como arquivos de texto, podem ser devidamente organizados, codificados e categorizados pelo investigador, de acordo com as categorias teóricas da pesquisa em curso. Uma vez pré-categorizados, os dados podem ser tratados buscando-se relação entre diferentes entrevistados em diferentes categorias. A tabulação de informações é também possível, melhorando a compreensão

obedeceu às seguintes etapas, conforme recomenda Bardin (1977):

- Organização da análise – trata-se de uma etapa preliminar na qual estabelece-se o primeiro contato com o material (texto), ou leitura flutuante das entrevistas transcritas.
- Codificação – nessa etapa os dados brutos foram transformados e agregados de forma sistemática e exaustiva em unidades, as quais permitem uma descrição precisa das características pertinentes do conteúdo. Os dados foram classificados inicialmente em 94 categorias livres.
- Categorização⁷ – nessa etapa os dados foram organizados e categorizados de acordo com as seis categorias de análises propostas pelo referencial teórico, relacionando-se no NVivo cada trecho das entrevistas às suas respectivas categorias de análise. Também foram categorizados trechos das entrevistas de acordo com a respectiva questão (pergunta) da entrevista a qual a fala se refere. Dessa forma, é possível estabelecer o ponto de saturação da amostra de respondentes (EISENHARDT, 1989; FONTANELLA et al., 2011), pois é possível verificar que todos os eles abordam as categorias teóricas do estudo em suas falas.
- Inferência – nessa etapa os achados da pesquisa na etapa de coleta de dados são relacionados aos pressupostos teóricos do estudo, permitindo assim a construção de possíveis respostas à questão de pesquisa.

de informações não estruturadas, bem como a qualidade das inferências posteriores à etapa de análise dos dados coletados.

7 Nessa etapa, foram elaboradas 44 categorias distintas enquadradas nas seis categorias centrais deste estudo (território, modo de habitar, proximidade, recursos, reciprocidade e cotidiano).

O processo de análise de dados deste estudo contou com o apoio Departamento de Engenharia de Método de Pesquisa Universidade de Grenoble, que validou a etapa de análise dos dados do estudo.

6 O CASO DO ROTEIRO CAMINHOS DE PEDRA

Após a análise dos dados coletados, é possível identificar pistas importantes sobre os impactos da inovação social gerada no território. Percebe-se que no território há clara simultaneidade dos processos de desterritorialização e territorialização (HAESBAERT, 2009). Uma nova territorialidade está em construção graças às mudanças recentes decorrentes da implementação do roteiro turístico na região. Mesmo que o modo de habitar no território esteja impregnado pelas tradições locais, o roteiro turístico trouxe novos elementos que contribuem para mudanças no modo de habitar.

Paradoxalmente, evidenciam-se aspectos positivos e negativos decorrentes dessas mudanças e que impactam em nova forma de praticar o espaço em questão. Antes da implementação do roteiro turístico, o território encontrava-se em crise e estagnado, devido à ausência de perspectivas econômicas positivas. A falta de oportunidades de trabalho e as dificuldades na agricultura afastaram muitos jovens da região. Contudo, nessa época, mesmo com a ausência de um projeto de desenvolvimento do território, foram mantidos aspectos considerados positivos pelos habitantes locais, tais como a vida pacata e o convívio em comunidade, responsáveis por manter as tradições culturais da imigração italiana, a identidade local.

Porém, uma nova dinâmica territorial se estabelece graças à implementação do roteiro turístico, evidenciando novas formas de praticar o espaço. Os empreendimentos locais imprimem um ritmo na vida local baseado em regras de mercado, impactando diretamente nas relações de reciprocidade, até então predominantes. Altera-se, assim, a estabilidade momentânea existente entre as relações de mercado e de reciprocidade. Esse aspecto é importante, pois as relações de mercado não constroem reciprocidade e aumentam o peso dos aspectos econômicos no território⁸.

O roteiro Caminhos de Pedra trouxe consigo aspectos racionais necessários para a organização territorial com o propósito de desenvolvimento econômico. A Associação Caminhos de Pedra contribuiu para a elaboração de estratégias para o desenvolvimento dos empreendimentos e para o crescimento do turismo local. Novos recursos territoriais são então explorados (negócios, patrimônio arquitetônico, cultura local etc.), tendo como consequência oportunidades de emprego no roteiro e uma menor migração do território por razões econômicas. Cresce também o apelo instrumental (visto como recurso, como potencial econômico) e a necessidade de regrar a conduta (caráter normativo) dos empreendimentos locais, e mesmo da comunidade, para o sucesso do projeto. Essa nova vocação comercial tem como fruto a melhora da renda de diversas famílias de empreendedores, servindo de aspecto motivador (econômico) para a permanência e o engajamento com o território.

Mesmo que o projeto turístico proposto não seja unânime e que nem toda a comunidade

⁸ Bernard Pecqueur, em aula ministrada em 2012 para a disciplina *Séminaire ouvert: étude de cas* do Departamento de Geografia da Universidade do Quebec em Montreal.

tenha aderido a ele, é evidente o desenvolvimento econômico da região. A partir da abertura ao turismo, entra em cena a mobilidade humana como um elemento catalisador de mudanças no território (HAESBAERT, 2009; PECQUEUR, 2009; STOCK, 2004). A permeabilidade do território à mobilidade humana ocasiona novas e diferentes maneiras de praticar o espaço por novos atores que entram e saem do território constantemente.

Como decorrência do fluxo turístico no território tem-se: aumento da renda familiar; aumento do interesse de permanência no território graças às oportunidades de emprego; investimentos diversos na infraestrutura territorial e recuperação do patrimônio arquitetônico e natural local; exploração de recursos e ativos territoriais; valorização econômica do território; crescente interesse do poder público e de investidores privados em participar do processo de territorialização, graças à melhora da imagem; perspectivas econômicas positivas do território; especulação imobiliária e interesse de alguns moradores pela venda das terras; e conflitos relacionados às divergentes possibilidades de “exploração” territorial, conforme interesses de diferentes grupos que compõem o território (empreendedores, produtores rurais, poder público, associações etc.).

Dos relatos dos entrevistados, percebe-se também a mudança do ritmo de vida dos empreendedores locais – em sua maioria produtores rurais que aderiram ao roteiro – que passaram a viver no ritmo do fluxo turístico. Altera-se, assim, a ligação entre trabalho e vida doméstica do produtor rural. Segundo alguns entrevistados, uma vez manifestado empenho com os empreendimentos, perde-se a tranquilidade da vida em família, como por exemplo, as oportunidades de refeições em famí-

lia, pois se deve privilegiar sempre o atendimento ao cliente (o turista). Porém, mesmo diante dessa mudança, os entrevistados entendem que ainda é possível manter uma ligação positiva entre trabalho e vida doméstica, visto que os empreendimentos normalmente são no local de moradia ou bastante próximos dele. Além disso, os habitantes empreendedores consideram que os ganhos com o turismo são maiores que os possíveis prejuízos.

Assim, entende-se que o projeto turístico seja ao mesmo tempo solução e problema para o território, pois enquanto possibilita sair de uma crise econômica, gera conflitos pela inexistência de um alinhamento entre os atores privados (empreendedores), a comunidade em geral e o poder público local em relação à melhor alternativa para o desenvolvimento local.

De um lado, as transformações em curso no território e as evidências registradas durante a pesquisa permitem identificar diferentes tipos de comportamento dos habitantes ante a realidade em que se encontram. Existem os habitantes envolvidos com o roteiro turístico, participantes da Associação Caminhos de Pedra, que acreditam no futuro do território e investem nesse sentido. Esses atores entendem a necessidade de regar e organizar o território para colherem bons frutos com o eventual aumento do fluxo de turistas. Os empreendedores entendem que as tradições, os valores e os laços culturais devem ser mantidos, por servirem de sustentáculo ao turismo na região. Em outras palavras, é preciso desenvolver, mas conservar as origens.

De outro lado, existem os habitantes que não aderiram ao roteiro turístico e que continuam exercendo suas atividades normais (produção ru-

ral, serviços, indústria etc.). Esses discordam das regras estabelecidas pela Associação Caminhos de Pedra para o desenvolvimento do território. A Associação Caminhos de Pedra preocupa-se com a conservação do patrimônio arquitetônico e cultural do território e o desejo de estabelecer alguns limites à ação humana sobre o espaço, como venda de propriedades, evitando assim prejuízo para a imagem do território. Contudo, os não empreendedores não concordam com essas medidas e discutem a possibilidade de maior autonomia de decisões sobre a administração de seu espaço privado, independentemente das decisões da Associação Caminhos de Pedra.

Esse conflito de interesses, fruto do crescente fluxo de turistas no território, permite afirmar que o modo de habitar na rota Caminhos de Pedra está em plena mudança. Existem múltiplas formas de praticar o espaço nesse caso, com diferentes níveis de engajamento territorial. De qualquer forma, há percepção por parte dos entrevistados de que o território foi valorizado nos últimos anos e que novas perspectivas econômicas agora existem. Há evidente relação de identidade dos habitantes com o território, mas cresce o nível de engajamento instrumental e normativo com o respectivo espaço. Hoje há razões para permanecer no território e para realizar investimentos sociais, econômicos, culturais e políticos. Contudo, ainda não há unidade entre comunidade, empreendedores, associações e poder público em torno do projeto de desenvolvimento territorial, prejudicando o aproveitamento pleno do potencial de desenvolvimento local. Acredita-se que nesse caso esteja em jogo o nível de identificação da Associação Caminhos de Pedra com o território, dada a forma de relaciona-

mento estabelecida com a comunidade, pois a comunidade tende a não se identificar com o projeto de território caso ele seja imposto pelas regras de mercado, como parece ser a proposta da Associação (PECQUEUR; ZIMMERMANN, 2004).

7 CONCLUSÕES

O caso do roteiro turístico Caminhos de Pedra, sob a perspectiva do habitante, do território e seus efeitos em termos de inovação social, revela pistas importantes para compreensão da relação por vezes ambígua entre inovação social e econômica em decorrência dos processos de desenvolvimento territorial. A inovação social não está desacoplada dos efeitos econômicos, políticos e culturais do processo de territorialização. Assim, mesmo que o roteiro Caminhos de Pedra tenha avançado economicamente, o que é fato, há efeitos negativos no desenvolvimento territorial que devem ser considerados e investigados.

Contudo, a ação coletiva sob o território proporciona solução de problemas antigos e geração de novos desafios, quem sabe problemas, para a comunidade por consequência dos processos de territorialização e desterritorialização simultâneos, conforme indica Haesbaert (2009). A inovação social é conjugada no gerúndio no território, pois há mudanças nas condições de vida e trabalho da população local graças a um projeto coletivo, conforme define Tardif (2005).

Revisitando-se o conceito de inovação social (HERRERA; UGARTE, 2008; ISAZA, 2014; MAURER; SILVA, 2014), fica reforçada a sua ocorrência neste estudo de caso, pois as transformações ocorridas foram concretas, alterando o cotidiano dos

atores locais. Mesmo diante de possíveis externalidades negativas devido às mudanças, ocorreu algo de bom para a comunidade local, mudando a estrutura social e suas práticas, contribuindo para o desenvolvimento comunitário, redefinindo processos. Além disso, as mudanças positivas de inserção do território como rota turística valorizaram a cultura local. Houve também melhoria da qualidade de vida, inserção social e mudança de atitude da população local sobre o próprio território, que se tornou mais valorizado.

O aumento do potencial turístico comercial do território sempre altera o equilíbrio da gangorra existente entre as relações de mercado e a reciprocidade dos atores locais, conforme afirmam Pecqueur (2009) e Sarate (2014). Identificou-se que mesmo havendo esforço para a manutenção das tradições locais, há crescente influência das relações de mercado no processo de territorialização local. Os empreendimentos locais começam a dividir as famílias em dois ambientes: família e empresa. Paradoxalmente, por estarem no mesmo local, família e empresa se confundem e estabelecem um novo “local” para as decisões na rota Caminhos de Pedra. Observou-se que essa mudança ocasionou certa erosão dos laços de reciprocidade (solidariedade e cooperação) existentes na comunidade, conforme afirma Flores (2007) e ratifica o professor Bernard Pecqueur. Mudam também as relações de trabalho e família, antes regidas pelo ritmo da comunidade, e agora, pelo ritmo do turismo local. De toda a forma, com a economia local baseada em pequenas indústrias familiares que vendem diretamente ao consumidor final (o turista), há novas possibilidades de trabalho e renda local, que mantêm os filhos dos empreendedores

no território. Sabe-se que as relações de mercado não constroem reciprocidade. Esse é um desafio da comunidade para o desenvolvimento econômico, pois o ativo mais importante à venda no território é a sua cultura, construída ao longo do tempo pelos laços de reciprocidade e identidade dos habitantes do território.

A rota turística Caminhos de Pedra é marcada por antigas casas de pedra, que proporcionam o turismo de experiência (viver o local). O sucesso e a identidade do roteiro turístico dependem desse recurso. Nesse caso, há alta ancoragem territorial, pois o que se oferece em termos de produtos e serviços está ligado ao local. No limite, o território é o próprio produto a ser vendido. Outro dilema identificado é o aumento significativo das relações de mercado no território que tendem a reduzir os laços de reciprocidade entre os habitantes, podendo em última análise prejudicar a diferenciação e a qualidade do consumo dos turistas.

A busca de equilíbrio entre essas duas variáveis dependerá da estratégia de articulação entre habitantes, empresas e poder público no território. Em outros termos, a questão é: qual modo de habitar, conforme sugerem Di Méo (1987), Stock (2004), Haesbaert (2009) e Pecqueur (2009), será colocado em prática no futuro?

Acredita-se que este estudo corrobora com o entendimento da complexidade e unicidade do conceito de território, que por sua vez é socialmente construído. Não é possível visualizar um território com base numa apreciação determinística. É preciso buscar a interpretação daqueles que conhecem as “regras do jogo” locais, conforme sugerem Lefebvre (1981), Bourdieu (1986; 1993; 2003), Santos (1999), Azaïs (2004) e Ribeiro e Mi-

lani (2009). No caso do território pesquisado, uma ação empreendedora coletiva, a criação da rota turística, impactou no processo de territorialização, pois gerou modos alternativos de habitar o território, como se observa no caso das famílias de empreendedores locais.

O desenho desta pesquisa remete à investigação de um fenômeno complexo e dinâmico, a relação entre habitante e território. Por se tratar de um estudo exploratório, a quantidade de atores sociais entrevistados nos territórios foi suficiente para responder aos objetivos propostos. Entende-se ainda que o tempo disponível para realização do trabalho de campo seja sempre um limitante nesse tipo de estudo. Além disso, como a análise dos dados coletados ocorre através da interpretação do pesquisador com base nas percepções dos atores entrevistados segundo seus relatos, os resultados são apresentados sob o viés do posiciona-

mento filosófico do pesquisador. Sugere-se como estudos futuros o delineamento de um estudo de base quantitativa para confirmação estatística das relações entre as variáveis implicadas neste estudo.

Salienta-se, também, que o ineditismo da construção teórica metodológica deste estudo, utilizando seis elementos teóricos simultaneamente para a leitura do território, seja bastante relevante, pois propicia uma perspectiva interpretativa do território. Na prática, os resultados da pesquisa podem servir como informação ao planejamento de políticas de desenvolvimento local mais participativas e que priorizem outras dimensões além da econômica.

Finalmente, registra-se o agradecimento à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) pelo apoio financeiro durante o período de doutorado sanduíche de um dos autores deste trabalho.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, T. N. Aspectos sociais e tecnológicos das atividades de inovação. **Lua Nova**, São Paulo, v. 66, p. 139-166, 2006.

AZAÏS, C. Território e trabalho: uma inscrição em temporalidades diferentes. **Novos Cadernos NAEA**, v. 7, n. 1, p. 31-56, 2004.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Tradução Luís Antero Reta e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 1977. 228 p.

BENCKE, F. F. **A experiência gaúcha de parques científicos e tecnológicos à luz da tríplice hélice**. 2016. 349 f. Tese (Doutorado em Administração)

– Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2016.

BENKO, G.; LIPIETZ, A. **La misère du monde**. Paris: Editions du Seuil, 1993. 947 p.

BENKO, G.; LIPIETZ, A. (Orgs.). **As regiões ganhadoras: distritos e redes: os novos paradigmas da geografia económica**. Tradução António Gonçalves. Oeiras: Celta, 1994.

BENKO, G.; LIPIETZ, A. (Orgs.). **La richesse des régions: la nouvelle géographie socio-économique**. Paris: Puf, 2000.

REFERÊNCIAS

- BENKO, G.; LIPIETZ, A. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. Tradução Mariza Correa. 4. ed. Campinas: Papirus, 2003. 224 p.
- BOLBA-OLGA, O.; GROSSETTI, M. Socio-économie de proximité. In: PROXIMITY CONGRESS, JOURNEES DE LA PROXIMITÉ, 50., 2006, Bordeaux. **Annales...** Bordeaux, France, 28-30 juin 2006.
- BOURDIEU, P. Habitus, code et codification. **Actes de la Recherche En Sciences Sociales**, Paris, n. 64, p. 40-44, sept. 1986. Disponível em: <<https://goo.gl/ipdEev>>. Acesso em: 9 mar. 2013.
- DECKERT, C. T.; ALLEBRANDT, S. L.; SAUSEN, J. O. A gestão social no Território da Cidadania Noroeste Colonial do Rio Grande do Sul. **Desenvolvimento em Questão**, Ijuí, v. 10, n. 21, p. 88-118, 2012.
- DI MÉO, G. Objectivation et représentation des formations socio-spatiales: de l'acteur au territoire. **Annales de Géographie**, Paris, n. 537, p. 564-594, 1987.
- DOMINGUES, I. Multi, inter e transdisciplinaridade: onde estamos e para onde vamos? **Pesquisa em Educação Ambiental**, Ribeirão Preto, v. 7, n. 2, p. 11-26, 2012.
- EISENHARDT, K. M. Building theory from case study research. **Academy of Management Review**, [S.l.], v. 14, n. 4, p. 532-550, 1989.
- FLORES, M. X. **Da solidariedade social ao individualismo**: um estudo sobre o desenvolvimento do Vale dos Vinhedos na Serra Gaúcha. 2007. 311 f. Tese (Doutorado em Sociologia Política) – Centro de Filosofia e Ciência Política, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.
- FONTANELLA, B. J. B. et al. Amostragem em pesquisas qualitativas: proposta de procedimentos para constatar saturação teórica. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 2, p. 389-394, 2011.
- GIRALDI, J. Análise conceitual da política de territórios rurais: o desenvolvimento territorial rural no Brasil. **Planejamento e Políticas Públicas**, n. 39, p. 155-185, jul.-dez. 2012.
- GRANOVETTER, M. Ação econômica e estrutura social: o problema da imersão. Tradução de Cristina Yamagami e revisão técnica de Maurício C. Serafim. **RAE Eletrônica**, v. 6, n. 1, p. 1-41, 2007.
- GUMUCHIAN, H.; et al. **Les acteurs, ces oubliés du territoire**. Paris: Anthropos, 2003. 186 p.
- GUMUCHIAN, H.; PECQUEUR, B. **La ressource territoriale**. Paris: Anthropos, 2007. 254 p.
- HAESBAERT, R. Dos múltiplos territórios à multi-territorialidade. **Pet Geografia**, Porto Alegre, set. 2004. Disponível em: <<https://goo.gl/JmubyA>>. Acesso em: 14 dez. 2012.
- HAESBAERT, R. Prefácio. In: RIBEIRO, M. T. F.; MILANI, C. R. S. (Orgs.). **Compreendendo a complexidade socioespacial contemporânea**: o território como categoria de diálogo interdisciplinar. Salvador: Edufba, 2009. p. 11-18. Disponível em: <<https://goo.gl/12Fxyu>>. Acesso em: 17 abr. 2018.

REFERÊNCIAS

- HERRERA, A. R.; UGARTE, H. A. **Claves de la innovación en América Latina y el Caribe**. Santiago: Cepal, 2008. 227 p.
- ISAZA, G. A. L. Innovación: lo social le es inmanente. **Revista de la Facultad de Ciencias Económicas: Investigación y Reflexión**, Bogotá, v. 22, n. 2, 2014, 123-158.
- JIMÉNEZ, S. H. Acciones colectivas de innovación democrática local en contextos de violencia. **Revista Mexicana de Sociología**, México, v. 77, n. 1, p. 129-156, 2015.
- LEFEBVRE, H. **La production de l'espace**. 2. ed. Paris: Anthropos, 1981. 485 p.
- MACHADO, D. D. G. **Desenvolvimento e território: uma análise das políticas públicas de abordagem territorial no governo Lula (2003-2010)**. 2011. 99 p. Dissertação (Mestrado em Agronegócios) – Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2011.
- MAURER, A. M.; SILVA, T. N. Dimensões analíticas para identificação de inovações sociais: evidências de empreendimentos coletivos. **Brazilian Business Review**, Vitória, v. 11, n. 6, p. 127 - 150, 2014.
- MÉNDEZ, R. Inovação localizada e eficiência coletiva: do território como suporte ao território como recurso para o desenvolvimento. Tradução Lisa Stuart. In: MACIEL, M. L., ALBAGLI, S. (Orgs.). **Informação e desenvolvimento: conhecimento, inovação e apropriação social**. Brasília, DF: IBICT/Unesco, 2007. p. 247-270.
- MICHELIN, R. L. **A reconstrução da etnicidade na arena turística: o caso do Roteiro de Turismo Rural Cultural Caminhos de Pedra Bento Gonçalves, RS**. 2008. 112 f. Dissertação (Mestrado em Turismo) – Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2008.
- MIGUENS, C. G.; CYRILLO, M. W. Influência da cultura italiana na culinária ofertada no Roteiro Turístico “Caminhos de Pedra” em Bento Gonçalves (RS). In: Congresso Internacional de Gastronomia, 1., 2011, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Senac, 2001.
- MORAES, L. F. R.; MAESTRO FILHO, A.; DIAS, D. V. O paradigma weberiano da ação social: um ensaio sobre a compreensão do sentido, a criação de tipos ideais e suas aplicações na teoria organizacional. **Revista de Administração Contemporânea**, Curitiba, v. 7, n. 2, p. 57-71, 2003.
- OZOUF-MARIGNIER, M. Le territoire, le Géographie et les sciences sociales: aperçus historiques et épistémologiques. In: VANIER, M. (Ed.). **Territoires, territorialité, territorialisation: controverses et perspectives**. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2009. p. 31-35.
- PECQUEUR, B. A guinada territorial da economia global. Tradução de Anne-Sophie de Pontbriand Vieira e revisão técnica de Paulo Freire Vieira. **Política e Sociedade**, Florianópolis, v. 8, n. 14, p. 79-105, 2009.
- PECQUEUR, B.; ZIMMERMANN, J. B. Les fondements d'une économie de proximités. In: PECQUEUR, B.; ZIMMERMANN, J. B.. **Economie de proximités**. Paris: Lavoisier/Hermes, 2004. p. 13-41.

REFERÊNCIAS

- RADOMSKY, G.; SCHNEIDER, S. Nas teias da economia: o papel das redes sociais e da reciprocidade nos processos locais de desenvolvimento. **Sociedade e Estado**, Brasília, DF, v. 22, n. 2, p. 249-284, 2007.
- RIBEIRO, M. T. F.; MILANI, C. R. S. (Orgs.). **Compreendendo a complexidade socioespacial contemporânea**: o território como categoria de diálogo interdisciplinar. Salvador: Edufba, 2009. 312 p. Disponível em: <<https://goo.gl/12Fxyu>>. Acesso em: 17 abr. 2018.
- SANTOS, M. O território e o saber local: algumas categorias de análise. **Cadernos IPPUR**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, p. 15-26, 1999.
- SARATE, J. A. **A figura do habitante sob a perspectiva da economia do território**. 2014. 252 f. Tese (Doutorado em Administração de Empresas) – Escola de Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.
- SARTRE, X. A.; BERDOULAY, V. Le développement local dans la perspective du sujet géographique. **Hégoa**, Paris, n. 25, p. 6-14, sept. 2005.
- SCHUMPETER, J. A. **Teoria do desenvolvimento econômico**: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico. Tradução Maria Sílvia Possas. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985. 169 p.
- STOCK, M. L’habiter comme pratique des lieux géographiques. **Espacestemp.net**, [S.l.], 2004. Disponível em: <<https://goo.gl/qMnN9Z>>. Acesso em: 17 abr. 2018.
- TARDIF, C. **Complémentarité, convergence et transversalité**: la conceptualisation de l’innovation sociale au CRISES. Centre de Recherche sur les Innovations Sociales, Québec, 2005. 81 p.
- TORRE, A. Retour sur la notion de proximité géographique. **Géographie, Économie, Société**, Paris, v. 11, p. 63-75, 2009.